



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº DE 2022

(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a ameaça à preservação da Serrinha do Paranoá, em Brasília, representada pelo Parcelamento do Solo Urbano Público, visando à criação do denominado Setor Habitacional Taquari Etapa I – Trecho 2.

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 58 § 2º, inciso II da Constituição Federal, e na forma dos artigos 24, III e 255 do Regimento Interno desta Casa, requiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debater a ameaça à preservação da Serrinha do Paranoá, em Brasília, representada pelo Parcelamento do Solo Urbano Público, visando à criação do denominado Setor Habitacional Taquari Etapa I – Trecho 2. Requeiro que sejam convidadas para debater o tema as pessoas e representantes das entidades a seguir indicadas a seguir:

A viúva de Paulo Bertram (o nome será encaminhado posteriormente)

Personagens da Serrinha, Produtora de alimentos:

Ricardo Monte Rosa

• Personagens da Serrinha, Defensor ambiental e planejamento estratégico do

território:

Marcos Woortman

• Serrinha, espaço de estudos e produção científica: Planejamento sensível à

água

Liza Andrade

• Serrinha espaço de luta e ativismo Comunitário:

Conselho Rural



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228187339100>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Serrinha, produtora de água:

Raquel Brostel

- Serrinha, espaço sensível para o equilíbrio ambiental:

Maria Silvia Rossi

- Serrinha, ecossistema biológico:

Alba Evangelista

- Serrinha, espaço de saber e produção de conhecimento:

Oca do Sol

- Serrinha, lugar de educação e natureza integradas:

Escola da Árvore

Serrinha do Paranoá, comunidade ativa e mobilizada na defesa de seu território Preserva Serrinha)

JUSTIFICATIÇÃO

Conforme destacado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Território, ao instaurar o Inquérito Civil Público n.º 08190.045914/16-25, na área onde o governo pretende construir o novo bairro, existem duas APAs – Áreas de Proteção Ambiental ~~federais~~. Uma é a APA do Lago Paranoá, sob gestão do governo distrital, foi criada em 1989 com o objetivo de proteger e recuperar os recursos hídricos da referida bacia e, assim, reduzir o processo de assoreamento e os índices de poluição do Lago Paranoá. A outra é APA do Planalto Central, sob gestão do governo federal, criada em 2002, para proteger os mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, bem como para garantir o uso racional dos recursos naturais e proteger o seu patrimônio ambiental.

Vale registrar que a Serrinha do Paranoá é uma área de extrema sensibilidade ambiental, posto que lá estão localizadas mais de 100 nascentes, responsáveis por 40% ou mais da água que abastece o Paranoá. Foram essas nascentes que possibilitaram a implantação, pela CAESB, de uma nova estação de captação de água naquele local, para mitigar os efeitos da última crise hídrica ocorrida no Distrito Federal, em 2017.

Outrossim, deve ser mencionado que o novo bairro que o governo quer implantar naquela área está baseado, em grande medida, em uma licença Prévia de 1998, concedida com base em um EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental de 1997, quando a legislação ambiental, o quadro hidrológico, o índice de ocupação

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228187339100>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

do solo, a estrutura de urbanização e a sua distribuição espacial eram completamente diferentes da realidade que se observa hoje no Distrito Federal.

Todo o processo de construção do novo bairro tem sofrido forte resistência de segmentos da sociedade que se sentem prejudicados pela falta de diálogo com o poder público, notadamente a população diretamente afetada pelo anunciado empreendimento imobiliário. Justamente essa população, que ao longo dos anos tem mantido a área ambientalmente preservada e construído espaços culturais de vivência no local, percebe agora um processo de decisão que ameaça a comunidade e coloca em risco a manutenção de áreas que prestam serviços ambientais relevantes para a qualidade de vida de toda a população da capital federal.

A situação se apresenta ainda mais grave por não se tratar de um empreendimento isolado, mas parte de um conjunto de intervenções e obras de infraestrutura e logística de suporte ao processo de expansão urbana e demais usos do solo do Distrito Federal. Tais intervenções impactam o sistema de unidades de conservação, incidem sobre demandas populares por moradia e terra, geram tensões e conflitos, razões pelas quais exigem um amplo processo de discussão e negociação de interesses.

Isso posto, e considerando a inegável relevância do tema proposto, requeiro a realização de audiência pública, para que ele possa ser melhor discutido.

Brasília, 27 de maio de 2022

Deputada Erika Kokay – PT/DF

